



MÃE-SOGRA: SUA REPRESENTAÇÃO DO RELACIONAMENTO LÉSBICO

Lívia Gonsalves, TOLEDO¹

*Minha filha sempre foi muito feminina.
Quando criança, adorava bonecas,
especialmente barbies.
Nunca pensei que, depois de grande,
fosse querer uma de verdade.*
(Mãe de lésbica, RIESENFELD, 2002, p.36)

RESUMO

O relacionamento afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo sempre existiu na história do ser humano. Já foi considerado pecado, sem-vergonhice, crime e doença, e, na atualidade, o modo de ver a relação homossexual ainda apresenta muito destas qualificações, advindo disto um grande preconceito, mesmo que para a psicologia esta seja considerada uma forma de orientação do desejo, assim como é a heterossexualidade e a bissexualidade. Este artigo visa apresentar a representação de uma mãe de lésbica em torno do relacionamento da filha com a “nora”, a partir de um estudo de caso. A análise foi feita a partir de uma entrevista com uma mãe, residente na cidade de Assis, interior de São Paulo, sociedade esta que apresenta, de acordo com estudos anteriores, um grau de homofobia considerável. Representação é entendida como algo do coletivo, simbolizado e dinâmico, construído a partir de um contexto histórico, elaborado em cada grupo de indivíduos e manifestado, junto com a elaboração pessoal de cada um, de uma determinada maneira. A partir disto, visa-se aprofundar como esta representação se dá quando o sujeito estigmatizador é alguém que se liga ao sujeito estigmatizado por laços de afeto.

PALAVRAS-CHAVE: Lésbica, mãe, família, homofobia, homossexualidade, representação.

ABSTRACT

The affectionate-sexual relationship between people of the same sex had always existed in the human being's history. It was already considered sin, shamelessness, crime and disease, and, at the present time, the way of seeing the homosexual relationship still presents a lot of these qualifications, happening of this a high prejudice, even if, by psychology, this is considered a kind of orientation of the desire, as well as it is the heterosexuality and the bisexuality. This article seeks to present a lesbian mother's representation around her daughter's relationship with her "daughter-in-law", starting from a case study. The analysis was made starting from an interview with a mother, resident in Assis' city, interior of São Paulo, society this that presents, in agreement with previous studies, a high homofobia degree. Representation is understood as something of the collective, symbolized and dynamic, built starting from a historical context, elaborated in each group of individuals and manifested, with the personal elaboration of each one, in a certain way. Starting from this, it is sought to deepen how this representation feels when the subject that stigmatize is somebody that links to the subject stigmatized by bows of affection.

KEYWORDS: Lesbian, mother, family, homophobia, homosexuality, representation.

¹ Psicóloga e Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia na UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis/SP, membro do GEPS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades) da UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
liviagtoledo@gmail.com

Esse texto visa apresentar a análise de uma entrevista realizada com uma mãe de lésbica residente na cidade de Assis interior de São Paulo, contexto onde se observa um alto grau de homofobia². Entende-se homofobia como atitudes e sentimentos negativos (medo, descrédito, desconsideração, aversão, ódio, e violências física, simbólica ou social) direcionados aos gays e lésbicas, bissexuais e transgêneros, ou àqueles que são presumidos serem, porque eles não adotam, ou são suspeitos de não adotar, configurações sexuais ditas naturais. O termo aparece pela primeira vez já nos anos 60, mas oficialmente, foi empregado por K. T. Smith em 1971³. Desde então, o termo é empregado para significar uma forma específica de violência física, simbólica ou social contra os(as) homossexuais. “Juntamente com a xenofobia, o racismo ou o anti-semitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste a representar o outro como inferior ou anormal” (ERIBON & HABOURY, 2003, p. 255), bizarro, estranho.

Especificamente, pretende-se avaliar os mitos sociais da homossexualidade internalizados, a homofobia, as expectativas que esta mãe tinha perante sua filha e que foram rompidas a partir do conhecimento da homossexualidade desta, e as expectativas que sugeriram a partir da conscientização desta identidade e orientação sexual do desejo da filha. Enfim, como é a representação desta mãe em torno do relacionamento lésbico da filha, levando em conta que há neste contexto uma relação de afeto entre a pessoa que estigmatiza (a mãe) e a pessoa estigmatizada (a filha que se assume como lésbica e sua namorada). Estigma, entendido como corpos que possuem marcas, como por exemplo, uma paralisia na perna, uma tatuagem, um modo de subjetivação.

[...] pensar estas marcas como sendo formas de expressão da vida, independentemente de elas serem congênicas ou produzidas pela vontade de uma pessoa ou de um grupo [...] denominei estas marcas de suportes [...] Quando um suporte é rotulado, ele se torna um estigma. (TEIXEIRA FILHO, 2000, p.74-75).

Um dos fatores que mais mobilizaram a escrita deste trabalho foi a quase ausência de obras nacionais que tratem o assunto em questão. Focou-se a homossexualidade feminina devido ao mesmo motivo: quando o tema homossexualidade é pesquisado, estas pesquisas se dão principalmente com a população homossexual masculina, o que retrata a lesbianidade como invisível e inacessível e o feminino como inferior ou sem importância, o que não ocorre apenas quando o tema é homossexualidade. Isso reflete o falocentrismo (que diz respeito à primazia e indispensabilidade do falo) e o sexismo (que se traduz na supremacia e autoridade exercida e pautada pela diferença entre os sexos) da sociedade ocidental, que veio se construindo historicamente na cultura.

Outra justificativa foi que, enquanto a família é muitas vezes vista como um lugar de segurança e afeto, grande é a presença homossexuais que vivem na clandestinidade ou se sentem excluídos(as), rejeitados(as) ou discriminados(as) por suas próprias famílias, apenas pelo fato de serem homossexuais.

A representação da mulher é base para se compreender a figura lésbica dentro da sociedade Ocidental. A partir da leitura de Paiva (1990), pode-se retratar três imagens do feminino, imagens criadas a partir de mitos e histórias religiosas que circundam todo o

² TOLEDO, 2005, realizou uma pesquisa na cidade de Assis sob orientação do Professor Fernando Silva Teixeira Filho, financiada pela FAPESP, com mães de crianças matriculadas no ensino fundamental. Neste estudo, em relação à homossexualidade feminina, 84,26% discorda de alguma forma, ou seja, apresenta algum tipo de homofobia. (Toledo, 2005, p. 112)

³ Kenneth Smith, Homophobia: a tentative personality profile. *Psychological report*, n. 29, 1971.

imaginário social atual. A primeira, que corresponderia à Maria, a virgem, uma mulher vista como mãe, cuidadora, e também não pecadora, que não precisou ter relações sexuais para ter seu filho Jesus. Enquanto, na sociedade Ocidental, espera-se da mulher um papel de mãe, é-lhe negada a sexualidade, o prazer sexual.

A segunda imagem corresponde à Eva, mulher criada por Deus a partir da costela de Adão, por isso devendo ser submissa a esse, para ser sua auxiliar e companheira. Diferente de Maria, essa era uma pecadora, pois provou do “fruto proibido”, foi expulsa do paraíso com o “destino” de ter de ser subjugada pelo homem. Aqui se retrata o papel de mulher como objeto sexual, sem direito ao prazer novamente, com o dever de estar num patamar inferior ao do homem na vida pública e privada e responsável pela felicidade do lar e cuidado dos filhos.

E por fim, a terceira imagem, a de Lilith, miticamente conhecida como a primeira mulher de Adão. Diferente de Eva, Lilith foi criada por Deus como foi criado o homem. Em Gênesis, 1:26-28, está escrito: “Deus criou o homem à sua imagem, criou-os à imagem de Deus, criou-os macho e fêmea”, ainda em Gênesis (I, 28) “Deus os abençoou e lhes disse: “Crescei e multiplicai-vos, e enchei a terra, e tende-a sujeita a vós...”. O plural mostra que foram criados dois seres, um homem e uma mulher, sendo essa a Lilith, igual e abençoada. Essa não aceitava a dominação de seu companheiro, revoltou-se com a subjugação e demonstrava todo tipo de “pecado”: revolucionária, libertária, à procura do prazer, ousada, infratora de regras etc. Por fim Lilith foge e o homem se sente sozinho. É neste momento que Deus cria Eva a partir da costela de Adão.

A cultura judaico-babilônica [...] considerou duas figuras femininas, no mito adâmico da criação: Lilith e Eva. Aquela, como o primeiro homem, construída de lama e a ele dada como companheira, à semelhança de todos os outros animais. Criada em igualdade de condições, caracteriza-se como um ser livre, forte, belo e independente e se revolta quando Adão tenta submetê-la, abandonando-o. Banida nos textos judaicos, por não corresponder ao ideal feminino patriarcal, é satanizada e substituída por Eva. [...] Forjada a partir de uma costela de Adão, Eva não tem o mesmo estatuto de Lilith, ao contrário, levada à desobediência, não por um ato livre de vontade, mas por ter sido instigada, não foi execrada, mas condenada e com ela suas descendentes, a expiar o pecado maior da insubordinação. (GUILARDI-LUCENA, 2003, p. 18)

Dessas três figuras, pode-se construir o que é imaginariamente esperado de uma mulher na sociedade contemporânea: reproduzir-se, não ter contato com a sexualidade e com o prazer, e manter-se submissa ao homem, servindo-lhe como objeto. A partir disto, como o imaginário social constrói a representação da lésbica? Uma mulher que não terá filhos (a menos que faça inseminação artificial ou “use” um homem para tal), ou seja, não cumpre com a sua função de reprodutiva. Tem relações sexuais por prazer (já que na relação sexual lésbica não há o objetivo da reprodução), sendo a homossexualidade muitas vezes encarada como perversão, e, finalmente, não se subjugava ao homem em seus relacionamentos afetivo-sexuais e por vezes até ameaça o “lugar do homem”, já que, imaginariamente, “toma” as mulheres desses homens.

Esta representação das lésbicas, contrária ao modelo ideal de mulher, é estigmatizada e construída a partir de um contexto histórico. De acordo com Goffman (1975), o estigma é uma relação entre atributo e estereótipo, profundamente depreciativo, não sendo em si honroso ou desonroso, mas que estigmatiza alguém confirmando a normalidade de outrem. Ou seja, inabilita o indivíduo para a aceitação social plena, e se concentra em dominar e oprimir alguns com vistas à obtenção de privilégios sobre estes.

Estes processos [de estigmatização] só podem ser entendidos em relação a noções mais amplas de *poder* e *dominação*. Na nossa visão, o estigma desempenha um papel central na produção e na reprodução das relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam de alguma forma superiores, (PARKER & AGGLETON, 2001, p. 11)

da mesma forma que homens se sentem superiores às mulheres, heterossexuais aos homossexuais, ricos aos pobres, brancos aos negros etc.

Essa identidade lésbica estigmatizada é formada a partir de mitos e estereótipos construídos sócio-histórica e culturalmente que são interiorizados por cada um dos indivíduos de uma sociedade, tanto no nível individual quanto no nível social. Todavia, as pessoas não são apenas receptáculos passivos dos valores culturais. Ocorre uma negociação, onde há um poder opressivo normativo de controle social e um contra-poder, que são as oposições e resistências contra o poder. Como coloca Goellner, (2003): “Reagimos [a ações que sobre nós se operam], aceitamos, resistimos, negociamos, transgredimos...”. (GOELLNER, 2003, p. 39). A lésbica encaixa-se então na figura de Lilith, sendo vista como quebradora das regras sociais, libertária e demonizada, pela sociedade como um todo. Levando-se em conta que a família é uma instituição que interioriza o imaginário e as crenças sociais, parte-se para uma análise de qual a visão que uma mãe tem em torno da lesbianidade da filha e da relação dessa com outra mulher.

A procura pela entrevistada foi feita a partir de contato com a filha lésbica e do questionamento a essa se não haveria problemas em solicitar à sua mãe uma entrevista que tratasse do tema da homossexualidade e da vida pessoal dela e de sua parceira. Essa concordou prontamente e avisou à sua mãe que a entrevistadora a procuraria para solicitar uma entrevista. Por contato telefônico foram marcados data e horário, e a entrevista foi realizada em 27 de setembro de 2005, com duração de 35 minutos. Ressalta-se ainda que os nomes citados durante a entrevista foram alterados por nomes fictícios a fim de preservar a identidade da entrevistada e seus familiares.

É importante notar que a entrevistada, por critério estabelecido previamente, deveria ser uma pessoa que soubesse de alguma forma da homossexualidade da filha e de seu relacionamento, e que, sobremodo, conseguisse lidar com esse assunto de forma relativamente positiva para aceitar colaborar com a entrevista. Foi feito por escrito um documento de apresentação da pesquisa e convite a participar e outro documento de consentimento livre e informado de participação, respeitando os aspectos éticos da entrevista. A entrevistada parecia tranqüila e não se opôs a colaborar, todavia ressaltou que poderia dizer coisas que não fosse o esperado pela entrevistadora. Foi-lhe explicado que não havia expectativas do que fosse dito, que era esperado apenas que ela colocasse as suas opiniões e sinceridade nas respostas.

Pode-se notar aqui que a entrevistada tinha consciência de sua possível homofobia. Na primeira pergunta feita, notou-se a utilização do termo “homossexualismo” pela entrevistada. “Ismo” remete à doença, assim como raquitismo, reumatismo, e já não é um sufixo utilizado pela Medicina para dizer da relação entre pessoas do mesmo sexo desde a década de 80. É provável que a participante nunca tenha ouvido falar de tal alteração da palavra “homossexualismo” para “homossexualidade”, já que tal mudança perpassa mais a academia que o social, entretanto, o uso da palavra com terminação “ismo” pode ser interpretado, enquanto discurso, como uma crença inconsciente da homossexualidade como doença ou distúrbio. A entrevistada também colocou durante a entrevista que não vê a homossexualidade como “normal”: “*essa condição de homossexualidade eu ainda não aceitei ainda, na minha cabeça ainda não passa, é uma coisa que não poderia existir, não é normal*”. Pode-se interpretar esta “anormalidade” novamente como doença ou como algo considerado incomum, sendo que o que foge ao comum fica à margem, é discriminado. Pode-se notar aí um

heterocentrismo intenso. Enquanto alguns estudiosos consideram que aproximadamente 10% da população é homossexual e quase 40% bissexual⁴, ainda apenas a heterossexualidade é a orientação sexual aceita na maioria das sociedades contemporâneas.

Apesar da utilização do termo de forma obsoleta, a entrevistada tem uma visão muito clara e correta do que é a homossexualidade, o que é notado na fala: *“uma pessoa que se interesse por uma pessoa do mesmo sexo”*. E quando dizendo particularmente da percepção da homossexualidade de sua filha: *“falta de interesse por meninos”*. Além disto, também assumiu que não tem um conhecimento aprofundado acerca deste tema: *“eu nunca me aprofundei nesses assuntos, até hoje, não tive, não li nada assim muito profundo a esse respeito”*. Lerner (1996/97) aponta que uma das causas do preconceito é a falta de conhecimento, dentre o medo, uma educação domesticadora (quando informações são passadas aos filhos como verdades atemporais), a intolerância e o egoísmo. *“O preconceito não aceita o novo, o diferente, o complexo, o opaco, o não compreendido”* (Idem, p.118).

Outro fator que pôde ser percebido é que a participante parecia ter uma representação da homossexualidade muito relacionada aos papéis de gênero, quando contou como começou a perceber que sua filha é homossexual: *“por outros tipos de interesse, assim, propriamente namoro, afetividade, como coisas que meninos mais gostavam. Então ela tinha mais interesse por atividades que meninos gostam do que de meninas”*. É muito comum no imaginário social se pensar a homossexualidade juntamente com uma inversão dos papéis sexuais, a identificação da mulher o masculino e do homem com o feminino. Este é o mito social de que gays são afeminados e lésbicas são masculinizadas, todavia, os papéis sexuais são tão diversos na homossexualidade quanto o são na hetero ou na bissexualidade. Os gays afeminados e as lésbicas masculinizadas correspondem a uma minoria, e os papéis de gênero são diversos em homens e mulheres. Ser agressiva, racional e objetiva, assim como dirigir caminhões e utilizar calças largas não significa que uma mulher seja lésbica, tampouco um homem ser sensível, frágil ou gostar de cozinhar e balé diz da sua orientação sexual.

Quando questionado como a entrevistada lidava com a filha em relação à homossexualidade desta, ela respondeu: *“até hoje nós nunca tivemos um diálogo aberto a este respeito. Só procuro não questionar e ela também, acho, que respeita o meu modo de pensar e também nunca se abriu comigo. Nada declarado, ela sabe que eu sei”*. É notável nesse discurso a dificuldade de lidar com a homossexualidade de ambas as partes. Se a filha tem receio de dizer, a mãe também tem receio que ela fale, não há uma negação explícita de que essa homossexualidade existe, há uma consciência da situação que é tratada de forma velada. A palavra, a colocação do significante não é feita, o saber veio por meio de observações e poucas conversas não explícitas, possibilitado fantasias a respeito da homossexualidade, o que pode ser calcado nos mitos da homossexualidade sociais. Criam-se então fantasias da mãe a respeito da homossexualidade da filha e possivelmente, fantasias da filha a respeito do que a mãe pensa de sua homossexualidade.

Da mesma forma, com o restante da família, o assunto não é levantado de forma clara: *“não fica em segredo, porque a família sabe da condição delas, mas eu nunca converso e nunca entro em detalhes sobre o assunto. Todas as pessoas da minha família sabem, mas eu não fico falando nada da vida particular e íntima da vida delas pra ninguém”*. Observa-se a dificuldade familiar de se falar do relacionamento lésbico-tabu presente, inclusive do próprio casal lésbico. *“é uma pessoa que também me preserva das intimidades porque sabe que isso pode me magoar”* – quando falando da namorada da filha. A sexualidade está muito presente nos discursos cotidianos, entretanto, falar da sexualidade pessoal (“a minha sexualidade”, “a sexualidade da minha filha”) em nossa sociedade ocidental é ainda algo difícil para muitas pessoas, principalmente na temática da homossexualidade, sendo um assunto repleto de mitos

⁴ Relatório Kinsey, 1948-1953 – www.kinseyinstitute.org

sociais. Essa visão social sobre a homossexualidade foi sendo construída desde a Idade Média, com o advento do cristianismo, quando qualquer atitude sexual que não fosse atribuída ao sexo marital foi colocada enquanto desarmonia com Deus.

A homossexualidade foi então sendo classificada no contexto histórico em várias diferentes categorias: pecado (Idade Média), crime (fins da Idade Média e Início da Idade Moderna), perversão (século 1800/1900 com o advento da Medicina), opção (década de 1960/70 com a Revolução Sexual), sendo atualmente considerada pela psicologia como uma orientação do desejo, assim como a hetero ou a bissexualidade.

Riesenfeld (2002) apresenta em sua obra *Papai, mamãe, sou gay!*, um guia para pais de homossexuais compreenderem a orientação sexual de seus filhos. Um dos campos por ela analisados são os sentimentos iniciais que se dão nos pais a partir da descoberta de que seu(sua) filho (a) é homossexual. São eles: comoção, negação, culpa, raiva e medo.

Na entrevista, o primeiro sentimento parece inicialmente ter sido a negação da homossexualidade da filha, como se a pessoa com quem ela estava na época fosse a responsável por 'induzi-la'. Entretanto pode-se interpretar que não houve negação total, pois a mãe coloca que sabia que a filha gostava da garota: *"eu senti uma raiva muito grande da pessoa com quem ela tava que é uma pessoa do meu convívio que eu tratava como uma filha também e a partir do momento que eu tive a certeza, hoje eu me arrependo muito, lógico, mas eu senti raiva da outra pessoa que eu sabia que ela gostava"*, por isso pode-se presumir que a raiva em relação à homossexualidade da filha tenha transferido-se para a pessoa com quem ela estava. Como socialmente existe o conceito que o amor da mãe deve ser incondicional (BADINTER, 1986) - não se deve ter sentimentos hostis pelos filhos - o mecanismo de defesa utilizado foi o deslocamento desta raiva para outra pessoa, culpabilizando-a. Levando-se em conta que a sociedade brasileira possui tradições de medos e mitos a respeito da homossexualidade e uma idéia pouco realística sobre este tema, é compreensível a existência desses sentimentos.

A negação parcial ainda aparece em muitas falas da entrevistada quando essa discursa que acredita que a homossexualidade feminina é uma escolha, uma opção consciente feita pelo indivíduo. Na década de 60 e 70, com a liberação sexual, o surgimento da pílula e a flexibilidade moral em relação à prática do aborto, a homossexualidade passou a ser encarada como opção. Sobre a prática do sexo homossexual, poucas pessoas se admitiam gays ou lésbicas ou adotavam uma identidade homossexual. Descartava-se o rótulo de "homossexual" e adotavam-se conceitos como o de "estar aberto a novas experiências". Dessa forma, acredita-se que essa mãe de aproximadamente 45 anos tenha se estruturado subjetivamente num momento histórico em que a homossexualidade era encarada como uma opção sexual, e não como uma orientação sexual pertencente à sexualidade da pessoa que veio se desenvolvendo na subjetividade dessa desde a infância.

Além disto, a entrevistada coloca que há uma diferença entre a homossexualidade feminina e a masculina: *"a gente vê que os meninos que tendem ao homossexualismo, eles desde cedo tem uns trejeitos de menina, então eu achava que isto era uma coisa genética. E de meninas eu nunca imaginei, eu nunca vi nenhuma menina, assim, que nascesse com esse tipo de problema e depois que elas assumem esta condição, aí que elas começam a mudar o jeito de ser, de vestir, de falar, e tudo. Então eu achava que isso daí, não é uma coisa tão normal quanto pros homens"*.

É interessante notar que esse argumento é pautado novamente nos papéis de gênero, ainda com o mito de que gays são afeminados e lésbicas são masculinizadas. Além disto, há a crença de que as pessoas nascem homossexuais, que pode ser um "problema" genético, confirmando novamente a possibilidade de crença na homossexualidade como um distúrbio.

Ainda pode-se analisar a crença de que a homossexualidade masculina é algo que acontece desde o nascimento e que a homossexualidade feminina seria uma escolha explícita

ainda mais a negação de que a filha é homossexual. Essa crença possivelmente se dá por conta da invisibilidade da lesbianidade e também pelo fato do sexismo social – é mais notável um homem (ou um menino) feminilizado do que uma menina masculinizada, já que em nossa sociedade a virilidade é exaltada e não é aceito que um homem se coloque na posição de ser “passivo” como é vista a mulher. Por outro lado, é menos reprovado que a mulher seja ativa, fenômeno ainda muito em transição – a mulher deve ser a mãe, a dona da casa, porém também é necessária uma “atividade”, como a entrada no mercado de trabalho.

A crença da homossexualidade da filha como uma opção também é embasada no fato de ela já ter se relacionado com homens: *“porque ela já teve namorado, já teve relacionamento com menino, e mesmo assim, no fim ela acabou optando por ficar com uma menina”*. Não é visto pela mãe que estas relações heterossexuais possam ter ocorrido por conta do heterocentrismo e uma tentativa da filha a se adequar aos padrões sociais heteronormativos. Talvez também por conta da repressão da homossexualidade nessa filha, quando essa ainda não tinha consciência de sua homossexualidade ou na tentativa de negar sua homossexualidade para si mesma. E ainda pode-se pensar na possibilidade de a filha ser bissexual, entretanto não se descartando a orientação sexual do desejo direcionada às mulheres.

Na sociedade ocidental, quando um pai ou uma mãe descobrem a homossexualidade de seu(sua) filho(a), é preciso elaborar o luto da heterossexualidade desses filhos, pois as expectativas criadas em relação a eles são rompidas. A partir da crença de que a homossexualidade é uma escolha, a mãe fantasia expectativas de que a filha possa “mudar”, voltar à heterossexualidade, cumprindo com as expectativas baseadas na heterossexualidade que foram desconstruídas a partir da descoberta da orientação sexual da filha que seria cumprir com o papel de mulher modelo da sociedade ocidental (Maria e a Eva): *“Eu acredito que ela possa ainda ficar com um homem, gostar de um homem, que um homem possa gostar dela como mulher, a ter filhos, me dar netos e coisas desse tipo”*.

A visão da mulher no ciclo vital da família mudou muito na atualidade. Até a década de 80 as funções da mulher eram definidas a partir das suas relações com os homens. “Elas passavam de filhas a esposas, a mães, com seus *status* definido pelo homem no relacionamento, e seu papel por posição no ciclo de vida familiar” (CARTER & MCGOLDRICK, 1995, p. 30). Quando se vislumbra um relacionamento entre duas mulheres, questiona-se onde fica o eixo central da formação familiar do imaginário social falocêntrico: o masculino, o homem. As transformações do olhar sobre a mulher ainda estão em transição. Mesmo que, por exemplo, as mulheres estejam mais inseridas no mercado de trabalho, ou seja, não dependam do homem como seu provedor, ainda espera-se que uma mulher tenha um marido que possa mantê-la. Da mesma forma, mesmo que uma mulher possa fazer uso de uma inseminação artificial para ter filhos, ainda espera-se que ela tenha filhos a partir de uma relação sexual com um homem, e preferencialmente seu marido. As expectativas da mãe entrevistada em relação à formação e continuidade da família estão embasadas em tradicionalismos. O que deve ser questionado não são as expectativas, mas sim o fato de não atualizá-las na medida em que o real também se modifica.

Quando questionada sobre sua representação do relacionamento da filha com a namorada, a entrevistada nega o relacionamento de forma consciente: *“eu procuro achar que ela tá indo embora pra casa delas como duas amigas”* e *“só que eu tenho o maior carinho pela Camila, sabe? Ela é como se fosse uma filha minha, então eu imagino assim, ah, as duas filhinhas minhas estão indo pra casa, as duas filhas minhas estão fazendo as coisas juntas”*.

Sobre as expectativas em relação ao relacionamento atual da filha, a mãe parece procurar em sua memória pensamentos anteriores sobre esta questão - *“Olha, na verdade eu nunca parei pra pensar sobre isso”* - , divaga um pouco em situações do passado e conclui que espera que o relacionamento não dure, que espera que as meninas (a filha e a nora) “se

encontrem”, como se a condição de homossexual fosse um “estar perdida”, e “se encontrar” fosse ter relacionamentos heterossexuais. Novamente aqui o heterocentrismo se apresenta.

Entretanto, pode-se notar que o sentimento negação está atrelado a um sentimento de aceitação inconsciente do relacionamento da filha marcados por um movimento dialógico. Aceitação esta que parece tornar-se consciente a partir de dois questionamentos feitos durante a entrevista, a primeira delas: “Você vê a namorada da sua filha como a sua nora? Qual é a diferença?”. A resposta dada foi acompanhada de um sentimento de surpresa por parte da entrevistada, como se fosse algo que ela nunca havia pensado, e respondida de forma racionalizada: “*Não. É, eu vejo ela como uma afinidade de filha maior do que de nora. Talvez por isso, por a gente ter essa afinidade eu não tenho. Não sei, eu acho que nora, é uma coisa muito, não sei, muito relativo, né? Uma coisa muito própria de casal, de mulher do filho. Não, nunca tive esse (risos) esse pensamento*”. O riso dado pela entrevistada sugeriu que os pensamentos que vieram à tona a surpreenderam. Parece-se haver uma representação ainda precária da namorada da filha como sua nora. Existe o afeto num sentido maternal, porém há negação do lugar de nora.

Em “*eu não considero uma coisa muito formal*” respondido sobre a visão da mãe sobre a relação da filha com a namorada, prevalece a questão jurídica e formal. O termo “formal”, do Aurélio, significa: evidente, manifesto, genuíno e convencional. No sentido pessoal, para a entrevistada, a relação da filha não é considerada evidente. No sentido social não seria uma relação formal, já que não é manifesto nem convencional, nem considerado genuíno (natural). No sentido jurídico, não é legal, já que, no Brasil, além de não ser aceito o casamento ou parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, a família formada por homossexuais não é reconhecida e conseqüentemente protegida de forma integral pelo Estado:

O artigo 226, § 3º da Constituição Federal, que reconhece como entidade familiar a união estável, se formada entre um homem e uma mulher. Segundo a clara dicção de tal dispositivo, para que a convivência seja digna de proteção do Estado, impõe-se a diferenciação dos sexos do casal, postura que ignora a existência de entidades familiares formadas por pessoas do mesmo sexo. (DIAS, 2000, p.69).

Entretanto esta formação familiar pode ser legitimada no sentido do afeto.

A segunda questão que sugere que a entrevistada trouxe a consciência de sua aceitação do relacionamento da filha foi: “Você veria um filho da namorada da sua filha como seu neto?”. A resposta foi seguida de surpresa ainda maior: “*Talvez sim, porque eu considero minha neta como sobrinha da Camila [nome fictício dado à nora]. Eu falo: ‘Camila olha a tua sobrinha, pega a tua sobrinha’. Então eu acredito que sim, não sei se... é uma coisa louca de pensar assim. Então eu acredito que sim, se fosse me chamar de vó, eu lógico, eu acho que seria da mesma forma*”.

Outro sentimento que a entrevistada diz ter experimentado quando soube da homossexualidade de sua filha foi o que ela chamou de sensação de fracasso, que podemos interpretar como culpa, o que ela afirma posteriormente: “*Mas eu senti também assim... tive uma sensação de fracasso assim. De não ter, achava que foi o tipo de educação que eu dei que era responsável pelo que estava acontecendo. [Se sentiu culpada?] Muito, muito culpada. [Mais alguma sensação?] Fiquei com vergonha, com vergonha de as pessoas saberem, das pessoas do meu convívio.*”. Em uma sociedade onde se promove a responsabilidade dos pais sobre os filhos, principalmente a mãe que tem o papel social de cuidadora (BADINTER, 1986), este tipo de sentimento de culpa é muito comum quando pais descobrem a homossexualidade dos filhos.

A culpa vem acompanhada do sentimento de vergonha, que provém do julgamento social. Quando a mãe diz: “*A minha família até que assim sabe, menos. Menos vergonha, mas*

das outras pessoas, da sociedade em geral, daí eu sentia sim, medo delas saberem”, pode-se notar um conforto perante a família, presumindo-se que esses não a julgam, pois participaram de algum modo (vendo ou ajudando) da forma como a filha foi educada. Assim, a mãe sente que tem um certo apoio familiar. Quanto ao social, a mãe não pode ter controle sobre que tipo de julgamento esses podem ter a respeito dela, sendo esses os que podem explicitar o seu sentimento de fracasso.

Por um viés, nota-se a proteção pessoal perante o social, o não querer ser julgada como uma mãe “incapaz”, e por outro viés é adotada uma medida protetiva perante a filha, que é o medo da discriminação social por conta de sua homossexualidade: *“Eu tenho medo dela ser discriminada, porque apesar de tudo, isso seria pra mim terrível, apesar que eu fui a primeira pessoa a ter tomado esta atitude, mas eu acho que das outras pessoa eu não aceitaria”*.

Finalmente, a última problematização mais evidente da entrevista foi o conceito de religiosidade. Ao questionar-se a visão da mãe sobre a homossexualidade feminina, o conceito de pecado é o primeiro significativo a surgir: *“na minha cabeça, homossexualidade feminina, eu via assim, como uma coisa pecaminosa”*. Retornando à crença da entrevistada de que na homossexualidade masculina, na maioria dos casos, as pessoas “nascem assim” e que na homossexualidade feminina “é feita uma escolha depois crescidos”, a entrevistada fala que o pecado provém desta última: *“[E quando nasce com isso você encara como pecaminoso, ou não?] Não. Quando já vem assim desde a infância é como a pessoa é mesmo, agora quando faz a opção depois de já conhecer a forma de viver, de fazer, daí eu acho que daí sim”*.

Pode-se pensar aí a homossexualidade sendo encarada como um tipo de perversão sexual, um pecado, um comportamento escolhido de forma consciente que não é aceito socialmente, como seria, por exemplo, o adultério.

A religiosidade alheia também proporciona insegurança à entrevistada: *“Tem pessoas que eu sei que eu posso contar e tem outras que justamente por, eu acredito que por serem pessoas muito religiosas, porque você sabe que até na Bíblia tá escrito que homossexualismo é pecado, e eu acredito que seja, então eu procuro não contar não porque elas vão me julgar pecadora ou julgar a minha filha”*. A entrevistada tem uma religiosidade não tão opressora, e teme a religiosidade opressora de outras pessoas. A religião faz com que ela pense que a homossexualidade é um pecado, mas não acredita que sua filha não é amada por Deus por isso. Pode-se notar aqui, e em muitos momentos da entrevista, níveis de aceitação e não-aceitação da homossexualidade da filha variando do decorrer do discurso.

Helminiak (1998) aponta que a leitura da Bíblia é feita de duas formas: uma literal, feita pela maioria das pessoas por ser mais fácil, que não tem diretrizes complicadas, apela para o senso comum e não requer estudos detalhados. A grande desvantagem deste tipo de leitura é que a interpretação do texto pode trazer significados diferentes dependendo de quem a lê, então os leitores podem acabar acreditando naquela interpretação que os fazem sentir-se mais seguros e confortáveis.

A outra forma de leitura é o método histórico-crítico, que é mais difícil, requer estudos longos, levando em conta a Antropologia, a história, línguas antigas e análise minuciosa das palavras, e somente os especialistas conseguem aplica-los.

Desde a Segunda Guerra Mundial, uma comunidade gay vem se formando e ganhando voz em âmbito mundial. [...] Tudo isso é recente. Alguns destes fatos são absolutamente novos para a história da humanidade. Eles fazem parte de uma situação nunca imaginada pelos autores bíblicos, portanto não podemos esperar que a Bíblia expresse uma opinião sobre eles. O que pode ser esperado é o seguinte: quando a Bíblia menciona comportamentos sexuais entre pessoas do mesmo sexo, ela o faz tal como esses comportamentos eram entendidos naquela época. Os ensinamentos da

Bíblia só podem ser aplicados hoje na medida em que a antiga compreensão destes mesmos comportamentos ainda for válida.

[...] na época da Bíblia não havia uma compreensão mais elaborada da homossexualidade como orientação sexual. Havia apenas uma consciência genérica de atos ou contatos entre pessoas do mesmo sexo, o que poderia ser chamado de *homogenitalidade* ou atos *homogenitais*. O que se discute hoje é [...] o afeto espontâneo por pessoas do mesmo sexo e a possibilidade de ética de expressar este afeto em relacionamentos sexuais e amorosos. Como esta não era uma questão que os autores bíblicos tinham em mente, não podemos esperar que a Bíblia nos dê uma resposta. [...] Uma atitude é julgada errada por algum motivo. [...] A simples afirmação de que ‘Deus disse que é errado’ não é uma resposta boa o suficiente, pois o princípio é válido mesmo em se tratando de Deus: também Deus deve fornecer o motivo pelo qual algo é errado. Isto significa dizer que há bom-senso, que há sabedoria na moralidade exigida por Deus. Se não houver, então toda a moralidade será arbitrária e Deus considerará as coisas como certas ou erradas segundo um capricho divino. Neste caso, toda a reflexão sobre ética deixaria de existir, pois não haveria um princípio racional por traz da moralidade e as exigências de Deus não seriam razoáveis. (HELMINIÁK, 1998, p. 35/36).

Durante a entrevista, a mãe finalizou falando de seu sentimento de culpa: “*o fato da Beatriz [nome fictício dado à filha] ter feito essa opção seja um pouco de responsabilidade minha. Eu já pensei em fazer terapia*”. Colocou-se preocupada com a possibilidade de prejuízo da filha por conta da discriminação social, da dificuldade da filha com a situação, de como isto lhe causaria sofrimento, a sua companheira e a ela própria, e a necessidade de mudança de conceitos, independente de sua ideologia pessoal: “*depois que ela teve aquela fase terrível, que ela teve uma depressão muito grande e tudo eu pensei: eu vou, eu tenho que mudar e consegui fazer com que meu marido também*”. Falou também da admiração que tem pela filha como pessoa e talvez o mais importante, o desejo de compreender e aceitar melhor a relação da filha: “*ela é uma pessoa tão boa, tão educada, é uma pessoa que tem um coração tão bom. Eu tenho essa preocupação, é uma coisa que eu gostaria de entender porquê. Por quê, sabe?*”.

Terminada a entrevista, a mãe conversou com a entrevistadora durante aproximadamente uma hora, procurando esclarecer suas dúvidas, contando situações e dificuldades ocorridas entre ela, a filha e a nora, e falando do desejo de se informar mais sobre os temas discutidos durante a entrevista, aceitando a proposta da entrevistadora de ler o livro de Riesenfeld (2002), citado em alguns trechos deste artigo.

Vivendo em uma sociedade heteronormativa, ou seja, onde a heterossexualidade é uma norma a ser seguida por todos e “a sociedade pressupõe automaticamente, que todo mundo é heterossexual” (CASTAÑEDA, 1999, p. 91), tudo o que foge a esta norma é considerado anormal, ruim, excluído e discriminado. Para Eiguel (1985), as famílias são estruturadas por organizadores inconscientes – onde os membros da família ligam-se ou integram-se, estimulados pela mesma atividade imaginária ou fantasmática. Um dos organizadores é o ‘eu familiar’ que “pode ser definido como o investimento perceptual de cada membro da família, que lhe permite reconhecê-la como sua, numa continuidade têmporo-espacial” (EIGUEL, 1985, p. 38). Um dos componentes do eu familiar é o sentimento de pertença, sentimento que cada membro experimenta em relação à família, de proximidade e de intercomunicação conhecida e identificada. Quando uma grande parte da vida de um dos membros é mantida em sigilo ou ignorada, a comunicação é ofuscada, travada, desestruturando o sentimento de pertença, como no caso de filhos homossexuais que tentam esconder ou não falar de sua

sexualidade e de tudo o que ela implica, mantendo-a em sigilo e muitas vezes criando mentiras para não assumi-la.

Outro componente do eu familiar é o ideal de ego coletivo, que tem sua base estruturante numa perspectiva de no futuro, “uma perfectibilidade do grupo em relação ao seu próprio destino” (Idem, p. 42). A partir disto, havendo uma perfectibilidade imaginária a ser alcançada, por exemplo, que as filhas tenham netos, casem-se na igreja e arrumem um “bom partido”, tudo o que foge do ideal de ego da família, ou seja, quando descobre-se que a filha é lésbica, o ideal de ego é prejudicado criando conflitos no interior da família.

Muitos(as) são os (as) homossexuais que vivem na clandestinidade, sem assumir sua orientação sexual, sendo esta situação conhecida pelo termo: estar “dentro do armário” e em muitos casos se afastam de sua família por não se sentirem pertencente a esta.

Como na entrevista feita, muitos pais sabem da homossexualidade de seus filhos, declarada ou notadamente, todavia, negam-se a assumir esta realidade para as pessoas ao redor e muitas vezes para eles mesmos.

Essa cegueira, mais ou menos consciente, mais ou menos deliberada, por parte da sociedade, faz com que o homossexual permaneça fechado na clandestinidade sob muitos pontos de vista. Mesmo que não o deseje. Assim, o famoso armário não serve apenas para se esconder, mas também para esconder o que a sociedade se recusa a ver. (CASTAÑEDA, 1990, p. 92).

O fato de se ter uma filha como uma Lilith, uma mulher que não corresponde aos ideais sociais, não necessariamente faz com que ela não corresponda à expectativa familiar de ser mãe (mesmo que por uma inseminação artificial ou adoção - do filho da parceira ou não), e que não possa constituir uma família, uma relação conjugal com afeto. Os pais e mães homossexuais precisam se desvincular de como o social trata a homossexualidade e conscientizar-se da diversidade, seja esta diversidade individual (o fato de sua filha ser lésbica), conjugal (o fato de sua filha relacionar-se com alguém do mesmo sexo) ou familiar (o fato de existirem famílias alternativas).

Saber da homossexualidade do(a) filho(a) é uma forma de estar em contato com a realidade desse(a), já que a homossexualidade não se resume às práticas sexuais que uma pessoa tem, pois além do aspecto sexual, existem questões políticas e jurídicas que modificam a vida de uma pessoa como cidadão se esta for homossexual e, principalmente, questões humanas. A homossexualidade está calcada em toda uma relação afetiva, de projetos futuros de uma conjugalidade estável, a vontade de ter filhos, de pertencer a uma família onde se possa dizer que a mulher da lésbica também é tia do sobrinho da companheira, ou onde o filho de uma lésbica possa ser chamado de neto pela mãe de sua companheira. Num país como o Brasil, onde a lei pouco protege os homossexuais e a este são negados muitos direitos, a família é ou deveria ser um local de acolhimento, refúgio e proteção física e psicológica da pessoa, seja qual for sua orientação sexual.

Agradecimentos: Agradeço especialmente à mãe que cedeu a entrevista para a realização deste artigo

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

- CARTER B.; MCGOLDRICK, M., As mudanças no ciclo da vida familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- CASTAÑEDA, Marina. Comprendre l'Homosexualité: Dês clés, dês conseils pour lês homosexuels, leurs familles, leurs therapeutes. Paris: Robert Laffont (Collection Réponses), 1999.
- DIAS, M. Berenice. União homossexual – preconceito e justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- EIGUEL, Alberto. Um divã para a família. [tradução: Leda Marisa Vieira Fischer]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- GOFFMAN, Erwing. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GUILARDI-LUCENA, Maria Inês (org.). Representações do feminino. Campinas: Átomo, 2003.
- HELMINIAC, Daniel A. [tradução: Eduardo Teixeira Nunes] O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade. São Paulo: Summus, 1998.
- LERNER, Júlio (editor). O Preconceito. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.
- PAIVA, Vera. Evas, Marias, Liliths... as voltas do feminino. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIESENFELD, Rinna. Papai, mamãe, sou gay!; [tradução: Silvia Rojo Santamaria]. São Paulo: Summus, 2002.
- TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. As transmutações da carne e a invenção da extrofia vesical. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.
- TOLEDO, Livia Gonsalves. A parentalidade lésbica na visão de mães heterossexuais. Projeto de Iniciação Científica – FAPESP. Assis: UNESP, 2005.

Artigo recebido: 12/12/2006
Aprovado: 25/04/2007